

PESQUISAR E ORIENTAR PESQUISAS ETNOGRÁFICAS EM GÊNERO: INTERDISCIPLINARIDADE, SUBJETIVIDADE, RELATIVIZAÇÃO COMO QUESTÕES¹

Mara Coelho de Souza Lago² – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo: Pesquisando e orientando pesquisas etnográficas em gênero em dois cursos, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Programa de Pós Graduação em Psicologia, tenho me deparado com a questão de introduzir psicólogos e estudantes oriundos de outras formações, nas concepções que fundam e constituíram o trabalho de campo etnográfico. Um dos textos em que me oriento, para evitar os deslizos da prática do método etnográfico por pesquisadores disciplinados por outros saberes das ciências sociais humanas, é o de Cláudia Fonseca, que alerta sobre a necessidade de conhecer a teoria que sustenta a prática do trabalho de campo em antropologia. Inúmeros outros/as autores/as são chamados para esta discussão. Nas intersecções psicologia/antropologia/psicanálise, as concepções de sujeito e subjetividade levam a reflexões bastante densas e, em se tratando de estudos de gênero, a interdisciplinaridade é uma questão inarredável. Os aprofundamentos teóricos mais convocados são os referidos aos temas etnocentrismo/relativização, estranhamento/distanciamento, na relação dialógica entre pesquisador/a e informante no encontro etnográfico, com as necessárias reflexões sobre observação, entrevista, escrita. Esta experiência, em que o trabalho do outro é parte do trabalho da pessoa que orienta, exige também dela esforços subjetivos de familiarização, relativização, distanciamento.

Palavras Chave: Subjetividade, interdisciplinaridade, etnografia.

Roberto Cardoso de Oliveira foi leitor arguto de pensamentos que produziram reflexões/ensinamentos sobre diferentes ciências e, articulados às suas próprias reflexões, ajudaram-no a propor o que ele chamou de “etnografia da ciência” – o exercício de investigação da cada matriz disciplinar levado a cabo pelos “nativos” da própria área de saber, os conhecedores da língua, do jargão científico da disciplina. Uma etnografia com vocação meta-disciplinar (Cardoso de Oliveira, 1997), conforme ressaltava. Um projeto interdisciplinar, na sua prática como professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, nos finais de 1980, início dos anos 90. Foucault era um dos pensadores que lia e que o inspirava, sobretudo pela proposta arqueológica de desencavar conceitos e

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Professora Titular do Departamento de Psicologia em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFSC e do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC. Mestre em Antropologia, UFSC. Doutora em Psicologia da Educação, UNICAMP

possibilidades de discursos em várias camadas históricas do conhecimento, em diferentes lugares, que propunha como um verdadeiro arqueólogo a desencavar monumentos/instrumentos, tomando o conceito como ferramenta, artefato. Instigado por Foucault, Cardoso de Oliveira ressaltava o poder disciplinador de cada saber e, nele, das teorias que disciplinam o olhar do pesquisador, em relação ao campo de pesquisa, ao objeto de estudo. No caso da etnografia (e de pesquisas qualitativas em outras áreas das ciências sociais humanas), os sujeitos que lhe servem de informantes, em relação de trocas intersubjetivas, dialógicas. Questões que tematizou em um belo texto “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever” (2000), dando continuidade a seu prolongado e rico diálogo com a obra de C. Geertz.³

Olhar disciplinado, relações dialógicas no trabalho de campo, interdisciplinaridade. A arqueologia dos saberes aponta para a diversidade, as possibilidades de emergências discursivas, a historicidade e polissemia dos conceitos, dos enunciados. Aponta também para as vicissitudes do esforço de mapeamento dos conceitos, especialmente entre disciplinas, entre lugares. Dificuldades que não se referam apenas ao campo das epistemologias, mas ao emaranhamento de teorias e práticas que constituem nossos fazeres acadêmicos de pesquisas, aulas, orientações.

Este é um texto reduzido sobre temas infundáveis. Melhor caminhar por eles através de associações. Dialogia, subjetividade, saberes, lugares, interdisciplinaridade. Lugares de fronteiras, entre lugares, entre saberes. Não estar situado só lá ou cá – estrangeiro. O tema existencialista do estrangeiro (Camus, 1979). Que pode remeter ao tema do estranhamento, prática exigida pelo fazer etnográfico, sobre a qual a antropologia tem muito a dizer, desde os fundadores do método – os clássicos – em diálogos que envolvem os antropólogos brasileiros sobre o familiar, o exótico, a relativização como fundamento e prática da antropologia. Relativizar, por em questão os próprios valores culturais, descentrar-se, poder apreender/perceber do ponto de vista do outro, no trabalho de superação do egocentrismo e etnocentrismo que nos constituem como sujeitos culturais. Relativizar, estranhar. O estranhamento, por sua vez, evoca o estranho, tematizado por Freud (1919) em um texto inquietante (Das Unheimlich já foi traduzido também como O Sinistro). O que negamos, combatemos, renegamos no outro (ou como outro) é o que faz pulsionar em nós o recalcado, aquilo que é nosso, o familiar. E este estranho nos faz retornar ao subjetivo, à subjetividade que, em psicanálise, está referida a um saber singular, próprio da teoria psicanalítica, que remete à clivagem do aparelho psíquico em dois sistemas (consciente-pré-consciente e

³ Neste texto, com o livro de Geertz de 1988, publicado no Brasil em 2002 pela UFRJ, com o título “Obras e vidas: o antropólogo como autor”

inconsciente) e ao lugar que o inconsciente ocupa no campo deste saber, que se foi erigindo na construção de uma prática clínica.

Pensar a subjetividade do ponto de vista psicanalítico implica o esclarecimento de certos limites teóricos no interior dos quais a questão possui uma inteligibilidade própria. Se esses limites não forem respeitados, a questão deixa de ter sentido ou, pelo menos, deixa de ter sentido para a psicanálise. (Garcia – Roza, 2000, p.225).

Não obstante, o uso do conceito de subjetividade tem-se banalizado nas ciências humanas, como afirmam Costa e Galhi (2008), em diversos segmentos da psicologia. A palavra tem sido muitas vezes utilizada de forma tácita, como se seu significado fosse unívoco e do domínio de todos.

Se recorrermos a um dicionário (por exemplo, o Dicionário Houaiss da língua portuguesa) podemos vislumbrar a polissemia de enunciados que o conceito carrega.

Subjetividade (...) 1 característica do que é subjetivo (...) 3 FIL realidade psíquica emocional e cognitiva do ser humano, passível de manifestar-se simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo, e comprometida com a apropriação intelectual dos objetos externos (Houaiss, Villar e Franco, 2001, p.2624).

Subjetivo (...) 1 próprio para servir de sujeito (...) 2 que existe na mente; que pertence ao sujeito pensante e ao seu íntimo (em contraste com as experiências externas, gerais, universais) 3 pertencente a ou característica de um indivíduo; individual, pessoal, particular (...) 5 que não tem objetividade, imparcialidade, tendenciosidade, emocional, passional (...) 7 pertencente à substância ou ao sujeito essencial; inerente 8 FIL relativo ao sujeito do conhecimento, à consciência humana, à interioridade espiritual que se apodera cognitivamente dos objetos que lhe são externos (...)11 GRAM relativo a sujeito (...) 12 GRAM relativo ao sujeito; que se submete a, submisso (...)) ‘relativo à vida psíquica do sujeito’ (...) (Houaiss, Villar e Franco, 2001, p.2625).

Os dicionários devem dar conta dos diferentes usos das palavras, seus sentidos filosóficos, gramaticais, de senso comum. Neste caso tivemos um rápido panorama do deslizar de enunciados sobre subjetividade, subjetivo. Enunciados que remetem ao conhecimento, à consciência, ao sujeito da consciência (sujeito para si), mas remetem também ao emocional, passional, tendencioso, que não tem objetividade, ao *sujeito* que se submete, submisso a. São convocadas também dualidades, oposições: essencial e singular, coletivo e individual, particular, pessoal. Podemos aqui fazer um perentese e levar as associações à noção de pessoa, citando um texto indispensável da antropologia “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’ ”, publicado em 1950, em que Marcel Mauss historiciza a trajetória da categoria, incluindo mais do que as sociedades letradas do mundo ocidental e tematizando a separação e superposições entre coletivo e individual, que se vão delineando nesse percurso por diferentes povos, culturas, épocas, até chegar à moderna concepção de pessoa.

De uma simples mascarada à máscara; de uma personagem a uma pessoa, a um nome, a um indivíduo; deste a um valor metafísico e moral; de uma consciência moral a um ser sagrado; deste a uma forma fundamental do pensamento e da ação; foi assim que o percurso se realizou. (Mauss, 2003, p. 397)

Em todos estes campos, filosófico, gramatical, antropológico (com Mauss), as concepções de subjetividade se imbricam com as noções de sujeito, de indivíduo singular, de pessoa.

O surgimento do sujeito psicológico, concomitantemente ao desenvolvimento de uma ciência psicológica é relacionado por diferentes autores, especialmente pelos leitores de Michel Foucault.⁴ Em uma contribuição recente à análise do tema da subjetividade no campo dos saberes psicológicos, Kleber Prado traça seu percurso desde a filosofia kantiana, destacando a relação subjetividade- identidade.⁵

Em verdade o conceito de subjetividade passa do campo da psicanálise para os domínios das psicologias na primeira metade do século passado, mas é somente no seu final que ele se despe de um sentido naturalizado e substancializado de interioridade, passando a

⁴ Confirir Figueredo (1994), Figueredo e Santos (2002), Prado Filho (2005), Prado Filho e Martins (2007), entre outros.

⁵ Relação que também é analisada por Tânia Galli Fonseca e Luis Arthur Costa, no texto “Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade”.

ser pensado em termos históricos, sociais e políticos – como produção de subjetividade – apresentando-se contemporaneamente como objeto possível para muitas psicologias de cunho crítico, como alternativa a uma problematização da “identidade”, exatamente por buscar dar conta das diferenças. (Prado Fº e Martins, 2007, p.16).

Sinalizando a não contemporaneidade das noções de interioridade e de subjetividade (a primeira remetida ao cristianismo, a segunda à modernidade⁶), que são ligadas posteriormente, estes autores enfatizam seu estatuto de enunciados que se universalizam como condição humana. Ocupam-se também em diferenciar as concepções de sujeito e subjetividades “Assim como subjetividade não é sinônimo de interioridade, também não designa necessariamente um conjunto de capacidades, qualidades, sensibilidade, atitudes, reações inerentes a um sujeito tomado com unidade auto-centrada, autônoma e consciente” (Prado Fº e Martins, 2007, p.17).

Enfatizam que se o sujeito se torna indivíduo apenas na passagem do século XVII ao XVIII, este indivíduo só se torna portador de uma subjetividade no final do século XIX. Assim como questionam as condições de normatização pelos dispositivos de poder saber, dos enunciados de identidade, os autores contrapõem ao sujeito universal da razão e da consciência, a perspectiva foucaultina de sujeitos históricos e localizados, de posições de sujeitos⁷, “Essa diversidade dos sujeitos implica uma multiplicidade de formas de existências, modos históricos de ser: formas de subjetividade” (Idem).

Estes comentários *en passant* sobre textos produzidos em diferentes campos disciplinares das ciências sociais humanas, tiveram o intuito de ressaltar a multiplicidade e a polissemia dos conceitos de que nos valem para refletir sobre nossas experiências relacionais de pesquisa, marcadas pelas diferenças (de gênero, classe, etnia, gerações e tantas outras) e marcadas também pelo diálogo (inter)subjetivo, pelas singularidades, pelo estranhamento, a familiaridade, os exercícios de relativização.

As reflexões sobre o trabalho empírico de pesquisa em muitos casos nos levam à necessidade de posicionamentos preliminares sobre os conceitos e teorias que disciplinam nossos olhares. Especialmente em campos interdisciplinares, em pesquisas etnográficas e pesquisas qualitativas em geral. E se isso serve para o trabalho de campo, impregna também as relações entre orientadores e orientandos/as, nestes programas em que acompanhamos

⁶ Que alguns autores marcariam como modernidade tardia.

⁷ Formulações que, junto aos ensinamentos de Foucault sobre as relações poder/saber, os micropoderes que permeiam as relações humanas, sobre as resistências, tornaram-no um autor central para os estudos de gênero. Conferir Tito Sena (2004).

passo a passo a construção de pesquisas e a elaboração de dissertações e teses que delas derivam. Pesquisas realizadas no campo dos estudos de gênero e atravessadas elas próprias pelas questões de gênero. Assim, penso que as relações intersubjetivas do/a orientador/a com cada um/a dos orientandos e orientandas (relações que se alongam dois, três, quatro, cinco anos) também precisam considerar as diferenças, as singularidades, já que são permeadas por questões subjetivas, convocam os exercícios de relativização, de distanciamento, familiaridade, estranhamento.

Entre outros métodos de pesquisa utilizados por meus/minhas orientandos/as, tenho procurado introduzir pós-graduandos/as oriundos do campo disciplinar das psicologias e de outras áreas das ciências sociais humanas, na prática da etnografia. O que requer toda uma preparação, na busca de textos introdutórios às teorias antropológicas apropriados para neófitos que pretendem realizar pesquisa etnográfica. Os textos que refletem sobre a metodologia de pesquisa são mais abundantes, inclusive na antropologia brasileira, e enlaçam teoria e prática de trabalho de campo.

Um dos textos em que me oriento, buscando evitar os deslizamentos da prática do método etnográfico por pesquisadores/as disciplinados/as por outros saberes, é o de Cláudia Fonseca (1999) que alerta sobre as necessidades de conhecer a teoria que sustenta a prática do trabalho de campo em antropologia. Além dos clássicos como Malinowski (1976), Mauss ([1902] 1979), o próprio Geertz (1996, 2005) e outros autores atuais como Crapanzano (1991), os textos já clássicos na antropologia brasileira de DaMatta (1978) e Velho (1978). As reflexões, já citadas, de Roberto Cardoso de Oliveira (2000), de autoras como Alba Zahar, Eunice Durham, Ruth Cardoso, em coletânea organizada pela última (Cardoso, 1986) a coletânea organizada por Miriam Grossi (1992), os livros de Wagner Silva (2000), Marisa Peirano (1995), entre inúmeras/os outros/as, conduzem o aprendizado sobre o fazer etnográfico, fundado no arcabouço teórico da disciplina.

A relação de orientação é uma relação transferencial⁸. A transferência é comum nas relações humanas de diferentes tipos mas, como acentua Mezan (2002), a ligação entre orientador e orientando é *sui generis*.

Trata-se de um trabalho gratificante, porém extremamente espinhoso. O orientador tem um poder real de crítica e veto (...) uma combinação potencialmente explosiva de poder real e de idealização (...) Nele podemos discernir condensações entre a figura empírica do professor

⁸ Transferência é um conceito da psicanálise que foi sendo utilizada e desenvolvido por Freud à medida em que abandonava a hipnose e ia construindo seu método clínico, onde a transferência (das demandas infantis de amor do analisando se repetem e atualizam na figura do analista) tomou uma dimensão fundamental.

escolhido e as imagens infantis do aluno que o escolheu (...) um coquetel em larga medida inconsciente e cujos ingredientes vão muito além do simples pedido de ajuda para executar uma tarefa difícil (Mezan, 2002, p.401-2)

Se da parte do/a orientando/a, a relação com o/a orientador/a pode ser carregada por sentimentos de ambivalência, da parte de quem foi escolhido/a (presume-se) para orientar uma investigação e uma escrita que não são as suas, mas que são de responsabilidade compartilhada, os sentimentos também podem ser marcados por conflitos, exigindo muitos esforços de distanciamento. Exercício mais tranquilo para alguns e que talvez carregue uma dimensão de gênero. Joan Scott, em entrevista à Revista Estudos Feministas, quando arguida sobre a crença numa subjetividade feminina, respondeu não acreditar numa essência das mulheres, uma subjetividade feminina ligada ao corpo, à natureza, mas sim “numa subjetividade criada para as mulheres, em contextos específicos da história, da cultura da política” (In: Grossi, Heilborn e Rial, 1998).

Teóricas dos estudos feministas e de gênero já refletiram longamente sobre estas subjetividades femininas construídas na ênfase ao relacional, ao cuidado, à responsabilidade com o outro. Subjetivações que dificultam o exercício do distanciamento para algumas mulheres...

Na posição de orientadoras/es, estamos premidos/das pelos prazos que pressionam nossos orientandos/as. Prazos que têm se reduzido, com consequências para os trabalhos produzidos⁹, e que podem afetar as próprias relações entre orientador/a e orientandos/as. Já tive a experiência de ler e corrigir uma dissertação em capítulos, sem o tempo necessário para corrigi-lo como um texto inteiro, que só me foi entregue junto com os exemplares destinados à banca de avaliação (a aluna era bolsista da Capes e precisava cumprir os prazos do Programa de Pós-Graduação). Tivera um percalço com o trabalho de campo, tendo que procurar outro local de pesquisa, outros sujeitos (claro que em meio a muito conflito psicológico também e muito envolvimento da orientadora). Foi um bom trabalho, mas não poderia ter prescindido de ajustes finais. Ajustes que foram feitos com muita competência por um dos membros da banca em especial, na defesa da dissertação. Situação que vivenciei com desconforto e frustração. E que me ensinou a estabelecer limites mais claros, a ser mais exigente com os prazos e mais firme com a necessidade de prolongá-los.

Também posso falar de angústia com os “desaparecidos”, que evitam as orientações e querem trazer o material já pronto, como capítulos, ou no todo. Como pode ser difícil

⁹ Conferir o texto citado de Renato Mezan (2002).

convencer alguém que o texto não está pronto, que precisa ser melhor trabalhado! Como as releções intersubjetivas podem ficar tensas. Como estas relações transferenciais (de parte a parte) podem se colorir de matizes negativos intensos, potencializando resistências.

Sempre levo um susto quando uma orientanda ou orientando me entrega um volume para a sessão final de orientação dizendo enfaticamente “Está pronta”.

Como pode ser difícil e necessário o exercício constante, contínuo de distanciamento... No entanto, como disse Mezan, é um trabalho espinhoso, mas também gratificante. Não é feito só de angústias e algumas frustrações, felizmente. E as relações com os/as orientandos/das têm muitos momentos de gratificação subjetiva, pelo respeito, a confiança, a amizade que se estabelece, a troca geracional. Alguns trabalhos nos dão genuína satisfação intelectual. Acompanhar o amadurecimento da/o aluna/o, as articulações teóricas que elabora com originalidade, o texto escrito com clareza e fluidez. O prazer da leitura que nos proporciona a boa escrita de um trabalho que acompanhamos desde a construção do projeto. Prazer que só vamos usufruir plenamente na releitura final, para a defesa, quando já não estamos sob a tensão de orientar que nos leva a ler as construções e organização final da tese ou dissertação com a responsabilidade ainda de avaliar, intervir.

Uma das gratificações maiores dessa envolvente atividade acadêmica de orientação, sem dúvida é a de, *estando aqui*, poder participar da aventura antropológica do trabalho de campo, ser levada *para lá*, onde se realiza a boa etnografia que somos convidadas a percorrer, passo a passo, no testemunho do/a pesquisador/a sobre suas relações subjetivas com seus informantes e lugares, no acompanhamento da escrita que vai construindo, na leitura das anotações e dos diários de campo, da transcrição das entrevistas, no compartilhamento das angústias e alegrias do fazer etnográfico.

Referências Bibliográficas:

Camus, Albert. *O Estrangeiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

Cardoso de Oliveira, Roberto. A vocação meta-disciplinar da etnografia da ciência. In: Cardoso de Oliveira, R. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

_____ O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: Cardoso de Oliveira, R. *O trabalho do antropólogo*. Brasília, Paralelo15: São Paulo, Ed.UNESP, 2000.

Cardozo, Ruth. *A aventura antropológica*. Teoria e Pesquisa. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

Costa, Luis Artur e Fonseca, Tânia Mara Galli. *Da Diversidade: uma definição do conceito de subjetividade*. (no prelo)

Crapanzano, Vincet. Diálogos. In: *Anuário Antropológico* 88. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Brasília Ed. UnB, 1991.

DaMatta, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter uma “Anthropological Blues”. In: Nunes, E. de O. (org) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Figueiredo, Luis Cláudio. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. Linhas de fuga. São Paulo, Escuta, 1994.

Figueiredo, Luis Cláudio e Santi, P. *Psicologia: uma (nova) introdução. Uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo, EDUC, 2002.

Fonseca, Cláudia. Quando cada caso não é um caso. In: *Revista da Associação Brasileira Nacional de Pesquisa e Educação*. São Paulo, ANPED. nº 10, jan/abril, 1999.

Freud, Sigmund. *O Estranho* (1919). In: Coleção Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

Garcia-Roza, Luiz Alfredo. Psicanálise e subjetividade. In: Garcia-Roza, L.A. *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

Geertz, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1996.

_____. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2005.

Grossi, Miriam. *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1992.

Grossi, Miriam; Heilborn, Maria Luiza e Rial, Carmen. Entrevista com Joan Scott. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ. Vol. 6 n.1, 1998.

Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles; Franco, Francisco Manuel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

Malinowski, Bronislaw. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: Malinowski, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, 1976. Coleção Os Pensadores.

Mauss, Marcel. Ofício do etnógrafo, método sociológico (1902). In: *Mauss*. Organizado para Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo, Ática, 1979. Coleção Grandes Cientistas Sociais; 11.

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: Mauss, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

Mezan, Renato. Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões. In: Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo, Campanhia das Letras, 2002.

Peirano, Marisa. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

Prado Fº, Kleber. Uma história crítica da subjetividade no pensamento de M. Foucault. In: Falcão, Luis Felipe e Sousa, Pedro de (orgs). *Michel Foucault: Perspectivas*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2005.

Prado Fº, Kleber e Martins, Simone. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). In: *Revista Psicologia e Sociedade*. Associação Brasileira de Psicologia Social. Vol 19, nº 3 set/dez, 2007.

Sena, Tito. Os Estudos de Gênero e Michel Foucault. In: Lago, M. C. de S., Grossi, M. P. , Rocha, C.T., Garcia, O. R. e Sena, T. (orgs) *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero*. Ilha de Santa Catarina, Mulheres, 2004.

Silva, Wagner G. De. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo, EdUSP, 2000.

Velho, Gilberto. Observando o familiar. In: Nunes, E. de O. (org) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.